

Abril/2019

*Syngenta
Previ*

Sociedade de Previdência Privada
30 anos com você

RELATÓRIO ANUAL

2018



syngenta

Índice

Mensagem da Diretoria-Executiva	3
Destaques do ano	5
Educação Financeira e Previdenciária	10
Gestão Administrativa	12
Gestão dos Investimentos	15
Gestão Contábil	28
Gestão Atuarial	52
Pareceres da Administração	67
Glossário	75

Mensagem da Diretoria-Executiva



Mensagem da Diretoria-Executiva

A Syngenta Previ tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2018.

O ano se encerrou mais uma vez com excelente rentabilidade para o dinheiro do participante. Todos os perfis de investimento desempenharam acima dos principais indicadores financeiros do mercado.

O perfil Agressivo valorizou-se em 9,38%; o Moderado, 8,93%, o Conservador, 8,71% e o Superconservador, 8,48%. Compare com a inflação no ano, de 3,75%, e a variação da caderneta de poupança, de 4,62%.

Veja também a rentabilidade em longo prazo na seção Gestão de Investimentos deste relatório. Esses ganhos foram proporcionados por uma Política de Investimento prudente, gerida pela administração da Syngenta Previ.

A estrutura de gestão conta com Conselho Deliberativo, como órgão máximo de decisão, Conselho Fiscal, como responsável pelo controle interno da Entidade, e a Diretoria-Executiva, como órgão de execução.

Conta ainda com o Comitê de Investimento, como órgão de assessoria para aplicação dos recursos, e a Estrutura Interna, como órgão de administração e atendimento ao participante.

Neste ano em que recebemos novos membros da administração para mais um mandato de três anos, você ganhou uma poderosa ferramenta para acompanhar e gerir a sua conta.

O aplicativo da Syngenta Previ permite consultar suas informações pessoais, como o saldo da conta, e alterar opções diretamente de seu smartphone, como o perfil de investimento e o percentual de contribuição.

Perto de 1.000 participantes já baixaram o aplicativo em sua loja de app. E você?

Também comemoramos no ano o lançamento do Ensino a Distância do curso de finanças pessoais, que integra o "Futuro Sustentável", nosso programa de educação financeira e previdenciária.

O curso online estende aos participantes de todo o país os módulos presenciais, ministrados inicialmente em São Paulo. Inscreva-se e não perca esta oportunidade, gratuita, de equilibrar suas contas para realizar seus sonhos e conquistar sua independência financeira.

Acompanhe as novidades da Syngenta Previ pelo site www.syngentaprevi.com.br e também por nosso perfil no Facebook. Nosso compromisso é com você.

Boa leitura.

No ano passado, nosso plano de previdência privada trouxe uma série de vantagens aos participantes, entre elas o aprimoramento dos retornos sobre aplicações e a reformulação do perfil Superconservador, para quem busca investir com total segurança.

Destques do ano



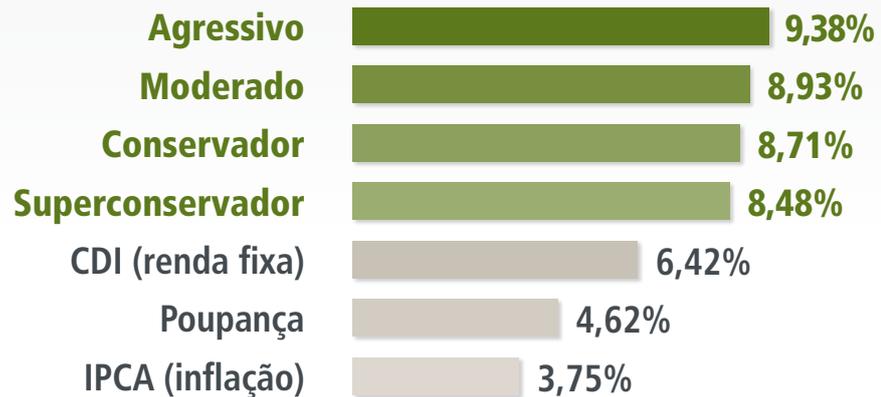
Ganhou quem investiu

O retorno dos investimentos da Syngenta Previ superou indicadores financeiros no ano.



Perfil de investimento

Rentabilidade em 2018



Participantes do Plano

Em 31 de dezembro de 2018, a Syngenta Previ reunia 2.978 participantes distribuídos da seguinte forma:



Participantes ativos: Funcionários das patrocinadoras contribuintes ao plano.

Assistidos: Participantes recebendo aposentadoria pela Entidade.

Autopatrocinados: Ex-participantes que optaram por continuar contribuindo ao plano.

BPD (vinculado): Ex-participantes que optaram por deixar os recursos na Entidade até completar a idade de aposentadoria.

O Plano de Benefícios Syngenta é patrocinado pela empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

ARRECADAÇÃO

R\$ 60,36 milhões

Foi o total arrecadado com contribuições de participantes e patrocinadoras.

BENEFÍCIOS

R\$ 44,96 milhões

Foram pagos a participantes na forma de benefícios e resgates do plano.

Patrimônio social

É a soma que garante sua aposentadoria, constituída de contribuições de participantes e patrocinadoras e variações positivas ou negativas do resultado dos investimentos, menos pagamento de benefícios e despesas administrativas. Com patrimônio de R\$ 1,2 bilhão, a Syngenta Previ finalizou 2018 em 94º lugar no ranking dos fundos de pensão, de acordo com a Abrapp, a associação do setor.

Ano	Em R\$ mil	Varição
2018	1.195.523	10,03%
2017	1.086.522	17,62%

Gestão renovada

Três conselheiros foram eleitos pelos participantes para representarem você nos órgãos dirigentes: **Laércio Giampani** e **Amauri Peloia**, no Conselho Deliberativo, e **Pedro Eisenmann**, no Conselho Fiscal. Também foi renovada a Diretoria-Executiva, que conta com **Sonia Fortes**, **Lia Kuniyoshi** e **Leandro Colombo** nos próximos três anos. Veja a composição completa da estrutura de administração na seção Gestão Administrativa deste relatório. Ou então clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/entidade/estrutura-da-adminstracao/>

BAIXE O APLICATIVO

Até agora, **978 participantes** já utilizam a facilidade do acesso a sua conta pelo celular. E você? Baixe hoje mesmo em sua loja de app. Veja o Guia de Acesso Rápido. Clique no link: https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/wp-content/uploads/2018/07/Guia_rapido_Syngenta_Previ-2.pdf



AULAS DE FINANÇAS PESSOAIS

Frequentaram nossos cursos de finanças pessoais e investimentos **243 participantes**, nas versões presencial e a distância. Veja a seção Educação Financeira e Previdenciária deste relatório ou consulte as vagas presenciais no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/cursos-e-eventos/presencial-ensino-a-distancia/>

E as vagas a distância no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/cursos-e-eventos/curso-a-distancia/>



EMPRÉSTIMO MAIS FLEXÍVEL

Os juros baixaram para **1% ao mês**, e agora é possível renegociar o saldo devedor, para aliviar uma situação de emergência e iniciar um plano de recuperação financeira. Saiba como pedir o empréstimo da Syngenta Previ. Clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/programa-de-emprestimo/>



ESTATUTO MODERNIZADO

Foram propostas e aprovadas novas regras de funcionamento da Entidade para promover a boa governança da Entidade. Conheça o novo estatuto. Clique no link: <https://www.dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/cartilhas/estatuto-syngenta/mobile/index.html#p=1>



SUPERCONSERVADOR, SIM

A estratégia de investimento do perfil Superconservador foi ajustada para aposentados a partir de 70 anos de idade, ou quem não aceita correr riscos financeiros, mesmo sabendo da possibilidade de retorno mais baixo que o de outros perfis. Conheça os perfis de investimento em nossa cartilha. Clique no link: https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/wp-content/uploads/2018/12/181217_Cartilha_Perfis_Investimento.pdf



PODEMOS MELHORAR?

Não deixe de responder a nossa Pesquisa de Satisfação. **Faça já valer sua opinião.** Clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/resultados-de-2018/>



Educação Financeira e Previdenciária



Quem manda no meu bolso sou eu

Assuma o controle de suas finanças pessoais com os cursos do “Futuro Sustentável”, o programa de educação financeira e previdenciária da Syngenta Previ



A Syngenta Previ ampliou o alcance de seu programa de educação financeira e previdenciária “Futuro Sustentável”, que agora completa quatro anos de realizações. Em 2018, lançou o curso “Finanças pessoais e planejamento financeiro” na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

O novo módulo é composto de cinco aulas e testes de conscientização, que você pode acompanhar online, de seu computador ou smartphone, em qualquer local do Brasil. O programa “Futuro Sustentável” destina-se ao participante que deseja recuperar a saúde de suas finanças pessoais e familiares, para realizar sonhos e conquistar sua independência financeira.

O curso online atende aos anseios de participantes que vivem fora de São Paulo, onde são ministrados três módulos presenciais:

- I Finanças pessoais e planejamento financeiro.**
- II Investimentos: Tesouro Direto e Corretora de Valores.**
- III Títulos Privados e Fundos de Investimentos.**

Nas duas modalidades, presencial e online, 243 participantes completaram os cursos da Syngenta Previ em 2018. Todos os alunos têm direito a atendimento individual na Clínica Financeira, realizada online, por e-mail e até via WhatsApp pelo mediador dos cursos, o educador financeiro e previdenciário Jusivaldo Almeida.

Não perca esta oportunidade. Cuide de seu dinheiro, que um dia ele cuidará de você.

Você pode se inscrever em novas turmas do curso EAD. Clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/cursos-e-eventos/curso-a-distancia>.

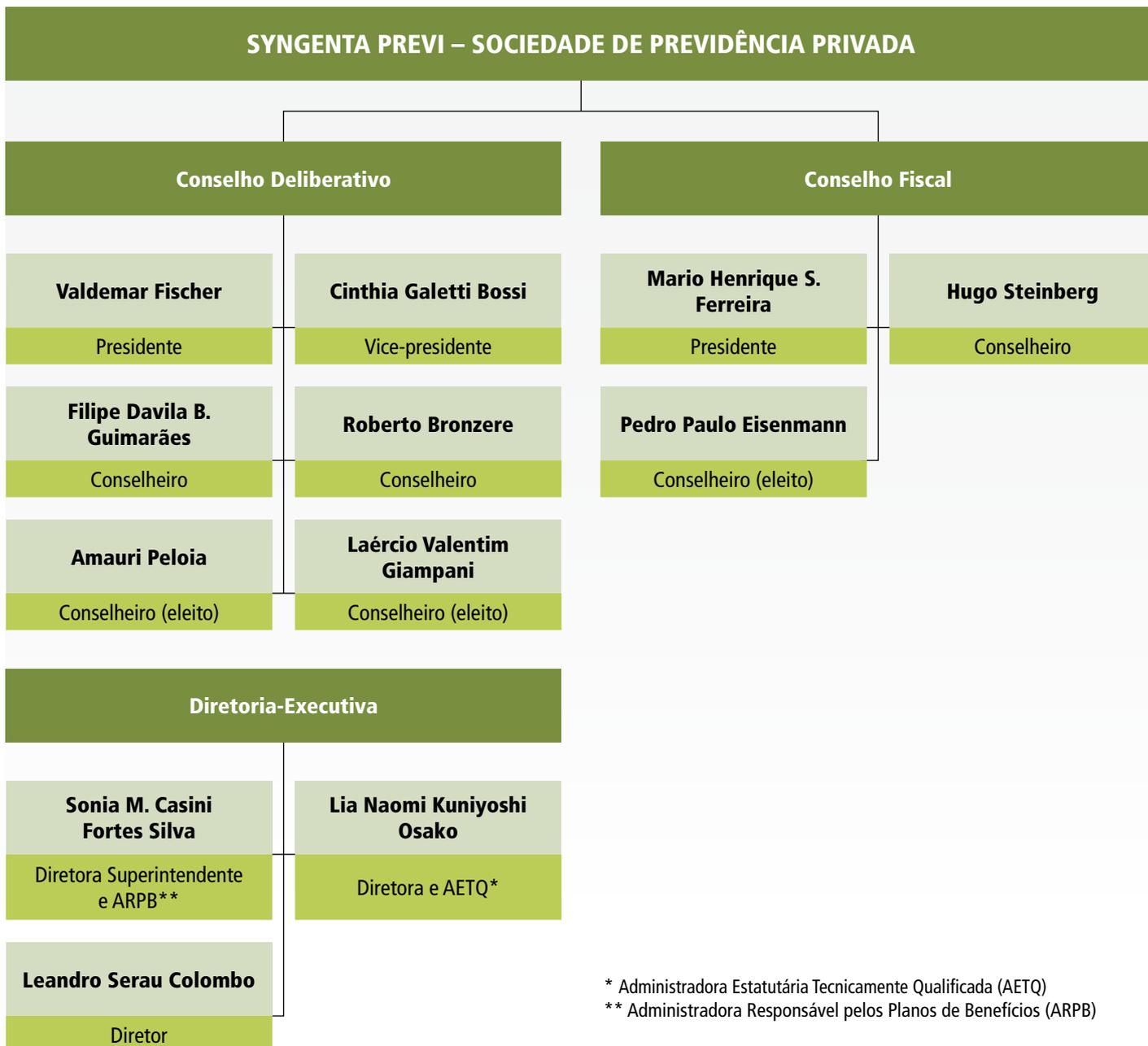


Gestão Administrativa



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Syngenta Previ é administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: o **Conselho Deliberativo**, como instância máxima de decisão, a **Diretoria-Executiva**, como órgão de execução, e o **Conselho Fiscal**, como órgão de controle interno. Conta ainda com o **Comitê de Investimento**, órgão de natureza consultiva com a finalidade de assessorar o Conselho Deliberativo na aplicação dos recursos da Entidade. É composto por membros da Syngenta Previ e as consultorias Tag e Aditus, para análise de investimentos e controle de riscos.



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São as despesas realizadas pela Syngenta Previ para a administração do plano de benefícios. O gasto total em 2018 foi de R\$ 11.424 mil (em 2017: R\$ 10.228 mil). As despesas totais se mantêm equilibradas com as necessidades reais da administração do Plano de Benefícios Syngenta. As despesas administrativas são custeadas pelas patrocinadoras e pelos participantes autopatrocinados e em benefício proporcional diferido. Já as despesas com investimentos são deduzidas da rentabilidade da cota do plano de benefícios.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Em R\$ mil)		
Descrição	2018	2017
Pessoal e encargos	498	845
Treinamentos, congressos e seminários	19	2
Serviços de terceiros	1.247	1.273
Despesas gerais	53	107
Tributos	213	93
Despesas totais	2.030	2.320
Em % do Patrimônio Social	0,17%	0,21%

INVESTIMENTOS OPERACIONAIS (Em R\$ mil)		
Descrição	2018	2017
Pessoal e encargos	1304	565
Viagens, estadias e treinamentos	10	0
Serviços de terceiros	1.480	1.437
Tributos	138	95
Despesas totais	2.932	2.097
Em % do Patrimônio Social	0,25%	0,19%

INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (Em R\$ mil)		
Descrição	2018	2017
Taxas de Administração, Performance e Custódia dos Fundos de Investimentos (*)	6.462	5.811
Despesas Totais	6.462	5.811
Em % do Patrimônio Social	0,54%	0,53%

DESPESAS TOTAIS (ADMINISTRATIVAS + INVESTIMENTOS) (Em R\$ mil)		
Descrição	2018	2017
Patrimônio Social em 31 de dezembro	1.195.523	1.086.522
Despesas totais	11.424	10.228
Em % do Patrimônio Social	0,96%	0,94%

(*) As despesas financeiras incorridas pelos fundos de investimento são calculadas para o período em que o fundo fez parte da carteira do plano e deduzidas diretamente na cota do fundo, repassando para a Entidade a rentabilidade líquida em cada período.

Nesta seção você vê como o seu dinheiro está investido no mercado financeiro. A alocação dos recursos pelos segmentos de aplicação, os gestores de investimentos, o respeito aos limites da política de investimento e da legislação.

Gestão dos Investimentos



RENTABILIDADE HISTÓRICA

Veja a rentabilidade dos investimentos da Syngenta Previ em 2018. Para melhor avaliar o desempenho dos perfis de investimento, analise o retorno acumulado nos últimos 3 anos e 10 anos, em comparação com a variação dos principais indicadores financeiros do mercado (variação em %).

	ACUMULADO NO ANO (2018)	ÚLTIMOS 3 ANOS (2016 a 2018)	ÚLTIMOS 10 ANOS (2009 a 2018)
AGRESSIVO	9,38	52,81	205,75
MODERADO	8,93	50,63	206,99
CONSERVADOR	8,71	48,97	206,80
SUPERCONSERVADOR	8,48	46,60	204,36
Renda fixa (CDI) ⁽¹⁾	6,42	33,37	160,70
Renda variável (Ibovespa) ⁽²⁾	15,03	102,74	134,04
Poupança ⁽³⁾	4,62	20,79	94,22
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	3,75	13,53	76,33

Saiba mais sobre o gráfico:

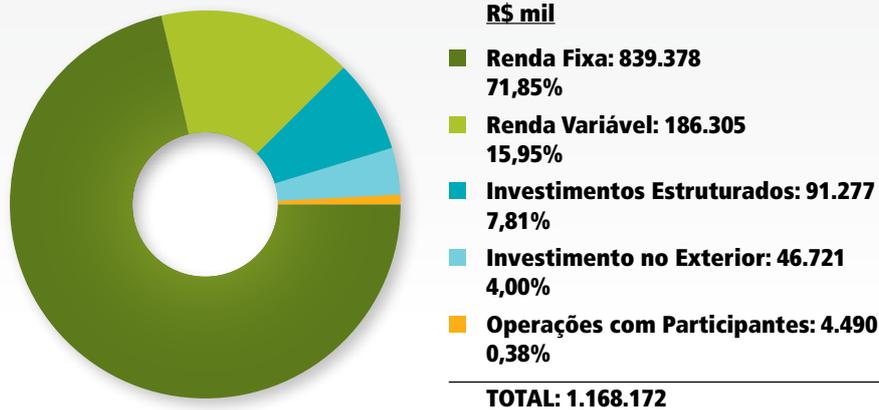
(1) CDI (Certificado de Depósito Interbancário): é a mais conhecida referência para aplicações de renda fixa (rentabilidade bruta); **(2) Ibovespa** (fechamento): é o índice mais conhecido da bolsa brasileira, utilizado como referência para aplicações de renda variável; **(3) Caderneta de poupança**: é o investimento mais popular do país; **(4) IPCA**: é o índice oficial da inflação brasileira, calculado pelo IBGE. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

O desempenho do perfil **Ciclo de Vida**, iniciado em julho de 2016, é o mesmo dos perfis Superconservador, Conservador, Moderado e Agressivo, de acordo com a idade do participante. Para saber mais, acesse a Cartilha de Perfis de Investimento no link: https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/wp-content/uploads/2018/12/181217_Cartilha_Perfis_Investimento.pdf

Quer entender a estratégia de investimento da Syngenta Previ? Veja o comentário publicado todos os meses no site. Para acessar o **comentário do ano de 2018**, clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/comentario-de-2018/>

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

É a distribuição dos recursos da Entidade segundo os segmentos de aplicação (em dez/2018).



RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

Mostra a rentabilidade dos investimentos acumulada em 2018, segundo os segmentos de aplicação.

SEGMENTO	2018
Plano	9,18%
Renda Fixa	9,01%
Renda Variável	14,82%
Investimentos Estruturados	3,88%
Operações com Participantes	21,58%
Investimentos no Exterior	-1,55%

LIMITES DE ALOCAÇÃO X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X LEGISLAÇÃO

Mostra a alocação dos investimentos no fim de 2018, comparada aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos da Entidade e pela legislação.

SEGMENTO	Alocação 2018	Política de Investimentos 2018			Limite Legal (Res. CMN 4661)
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	71,85%	25,00%	100,00%	64,00%	100,00%
Renda Variável	15,95%	0,00%	35,00%	15,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	7,81%	0,00%	15,00%	8,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	4,00%	0,00%	10,00%	5,50%	10,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	8,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	0,38%	0,00%	15,00%	8,00%	15,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR GESTOR

São os valores e percentuais administrados pelos gestores de recursos no fim de 2018 (em R\$ mil).

Gestor	Patrimônio	% do total
Quest	368.878	31,58%
Mauá	308.822	26,44%
Safra	92.034	7,88%
Western	64.558	5,53%
Capitania	53.496	4,58%
SPX	44.223	3,79%
M Square	22.099	1,89%
XP	20.405	1,75%
Oceana	20.033	1,71%
Moat	18.058	1,55%
Adam	17.462	1,49%
Atmos	17.233	1,48%
JGP	16.524	1,41%

Gestor	Patrimônio	% do total
Equitas	15.853	1,36%
Ibiuna	15.605	1,34%
Canvas Capital	13.176	1,13%
Votorantim	12.196	1,04%
Pimco	9.912	0,85%
Exploritas	8.085	0,69%
BlackRock	7.623	0,65%
RPS Capital	7.373	0,63%
Bradesco	5.039	0,43%
Syngenta	4.490	0,38%
Hamilton Lane	2.233	0,19%
Garde	1.904	0,16%
ARX Investimentos	858	0,07%
TOTAL	1.168.172	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2018

Entidade: 1585-SYNGENTA PREVI

Plano de Benefícios: 2006000911-PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Mês de referência: 12/2018

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	1.195.763.706,44
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	1.195.763.706,42
Diferença:	0,02
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	4.313.286,00
Depósitos:	136.112,57
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	4.524.007,83
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-346.834,40
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	1.191.450.420,43
23.720.107/0001-00	9.911.824,72
05.427.031/0001-47	91.721.703,05
20.969.532/0001-49	292.243.146,06
20.214.858/0001-66	198.314.044,44
23.872.712/0001-04	11.952.042,03
23.738.050/0001-76	2.232.625,26
12.287.913/0001-10	12.196.096,39
17.453.712/0001-69	52.605.531,53
20.889.158/0001-71	53.495.874,09
09.521.007/0001-23	106.126.897,47
20.216.173/0001-59	5.038.911,18
19.091.575/0001-95	52.084.808,44
20.979.909/0001-40	295.904.343,07
25.108.962/0001-90	7.622.572,64

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2018

Entidade: 1585-SYNGENTA PREVI

Plano de Benefícios: Plano de Gestão Administrativa

Mês de referência: 12/2018

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	1.429.148,19
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	1.429.148,20
Diferença:	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	108.086,67
Depósitos:	108.086,67
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	1.321.061,52
20.979.909/0001-40	750.602,06
20.969.532/0001-49	258.074,44
05.427.031/0001-47	312.385,00

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Sim			
Perfil	Segmento	Mínimo%	Máximo%
Conservador	RENDA FIXA	62,00	100,00
	RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00
	IMÓVEIS	0,00	20,00
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	3,00
	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00
Moderado	RENDA FIXA	37,00	100,00
	RENDA VARIÁVEL	0,00	45,00
	IMÓVEIS	0,00	20,00
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	3,00
	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00
Agressivo	RENDA FIXA	35,00	100,00
	RENDA VARIÁVEL	0,00	55,00
	IMÓVEIS	0,00	20,00
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	3,00
	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00
Outros	RENDA FIXA	82,00	100,00
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	3,00
	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2017	1º Sem 2018	2019	Não Aplica
PLANO	15,75	9,18		
RENDA FIXA	14,47	9,01		
RENDA VARIÁVEL	24,83	14,82		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	12,93	3,88		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	17,90	-1,55		
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	21,63	21,58		

Observação: A Rentabilidade apresentada em 2018 é referentes ao ano fechado.

Observações

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2019

Informações da Entidade

Código: 1585

Sigla: SYNGENTA PREVI

Exercício: 2019

Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	INPC	4,50
70,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: null

Data: 13/12/2018

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	PLANO	LIA NAOMI KUNIYOSHI	295.203.268-80	AETQ

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2017	1º Sem 2018	2019	Não Aplica
PLANO	10,18	8,55		
RENDA FIXA	10,18	8,55		
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação: A rentabilidade apresentada em 2018 é referente ao ano fechado.

Observações

As contas da Syngenta Previ estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada; Demonstração do ativo líquido dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa; Demonstração da mutação do ativo líquido dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa; Demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Gestão Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Participantes da
Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Ativo		<u>2018</u>	<u>2017</u>	Passivo		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponível	nota 4.1	138	617	Exigível operacional		2.219	1.818
				Gestão previdencial	nota 5.1	1.936	1.565
Realizável		1.197.604	1.087.723	Gestão administrativa	nota 5.1	283	253
Gestão previdencial	nota 4.2.a	301	312	Patrimônio Social		1.195.523	1.086.522
Gestão administrativa	nota 4.2.b	8	69	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.180.827	1.073.528
Investimentos		1.197.295	1.087.342	Provisões matemáticas	nota 5.1	1.176.865	1.069.878
Fundos de investimentos	nota 4.2.c	1.192.771	1.083.334	Benefícios concedidos		273.614	204.320
Empréstimos e Financiamentos	nota 4.2.d	4.524	4.008	Benefícios a conceder		903.251	865.558
				Equilíbrio Técnico		3.962	3.650
				Resultados realizados		3.962	3.650
				Superávit técnico acumulado		3.962	3.650
				Fundos		14.696	12.994
				Fundos previdenciais		13.303	11.803
				Fundos administrativos		1.393	1.191
Total do Ativo		<u>1.197.742</u>	<u>1.088.340</u>	Total do Passivo		<u>1.197.742</u>	<u>1.088.340</u>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.086.522	923.065	17,71
1. Adições	165.986	216.397	-23,30
(+) Contribuições Previdenciais	63.757	69.039	-7,65
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.990	144.597	-32,92
(+) Receitas Administrativas	5.126	2.448	109,40
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	113	313	-63,90
2. Destinações	-56.985	-52.940	7,64
(-) Benefícios	(51.949)	(48.523)	7,06
(-) Despesas Administrativas	(5.036)	(4.417)	14,01
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	109.001	163.457	-33,32
(+/-) Provisões Matemáticas	106.986	175.924	-39,19
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	312	991	-68,52
(+/-) Fundos Previdenciais	1.501	-11.802	-112,72
(+/-) Fundo Administrativo	202	-1.656	-112,20
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	1.195.523	1.086.522	10,03

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.191	2.847	(58,17)
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.238	2.761	89,71
1.1. Receitas	5.238	2.761	89,71
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.191	308	611,36
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.928	2.136	37,08
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	4	4	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	113	313	(63,90)
Outras Receitas	2	-	100,00
2. Despesas administrativas	(5.036)	(4.417)	14,01
2.1. Administração previdencial	(2.030)	(2.320)	(12,50)
Pessoal e encargos	(498)	(845)	(41,07)
Treinamentos, congressos e seminários	(19)	(2)	850,00
Serviços de terceiros	(1.247)	(1.273)	(2,04)
Despesas gerais	(53)	(107)	(50,47)
Tributos	(213)	(93)	129,03
2.2. Administração dos investimentos	(2.932)	(2.097)	39,82
Pessoal e encargos	(1.304)	(565)	130,80
Treinamentos, congressos e seminários	(2)	-	100,00
Viagens e estadias	(8)	-	100,00
Serviços de terceiros	(1.480)	(1.437)	2,99
Tributos	(138)	(95)	45,26
2.5. Outras despesas	(74)	-	100%
3. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	202	(1.656)	(112,20)
4. Constituição/Reversão do fundo administrativo (3)	202	(1.656)	(112,20)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	1.393	1.191	16,96

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
1. Ativos	1.197.698	1.088.220	10,06
Disponível	29	617	-95,30
Recebível	1.695	1.503	12,77
Investimento	1.195.974	1.086.100	10,12
Fundos de Investimentos	1.191.450	1.082.092	10,11
Empréstimos e Financiamentos	4.524	4.008	0,00
2. Obrigações	(2.176)	(1.698)	28,15
Operacional	(2.176)	(1.698)	28,15
3. Fundos não previdenciais	(1.393)	(1.191)	16,96
Fundos administrativos	(1.393)	(1.191)	16,96
4. Ativo líquido (1-2-3)	1.194.129	1.085.331	10,02
Provisões matemáticas	1.176.864	1.069.878	10,00
Superávit/Déficit Técnico	3.962	3.650	8,55
Fundos Previdenciais	13.303	11.803	12,71
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	3.962	3.650	0,00
a) Equilíbrio Técnico	3.962	3.650	0,00
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	0,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a+b)	3.962	3.650	0,00

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.085.331	920.218	17,94
1. Adições	162.938	213.944	-23,84
(+) Contribuições	65.948	69.347	-4,90
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.990	144.597	-32,92
2. Destinações	(54.140)	(48.831)	10,87
(-) Benefícios	(51.949)	(48.523)	7,06
(-) Custeio administrativo	(2.191)	(308)	611,36
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	108.798	165.113	-34,11
(+/-) Provisões matemáticas	106.986	175.924	-39,19
(+/-) Fundos previdenciais	1.501	-11.802	-112,72
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	312	991	-68,52
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.194.129	1.085.331	10,02
C) Fundos não previdenciais	1.393	1.191	16,96
(+/-) Fundo administrativo	1.393	1.191	16,96

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.196.306	1.087.029	10,05
1. Provisões matemáticas	1.176.865	1.069.878	10,00
1.1. Benefícios concedidos	273.614	204.320	33,91
Contribuição definida	260.384	190.961	36,35
Benefício definido	13.230	13.359	-0,97
1.2. Benefícios a Conceder	903.251	865.558	4,35
Contribuição definida	902.431	864.745	4,36
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	533.468	513.896	3,81
Saldo de contas - Parcela participantes	368.963	350.849	5,16
Benefício definido	820	813	0,86
2. Equilíbrio técnico	3.962	3.650	8,55
2.1. Resultados realizados	3.962	3.650	8,55
Superávit técnico acumulado	3.962	3.650	8,55
Reserva de contingência	2.604	2.659	-2,07
Reserva para revisão de plano	1.358	991	37,03
3. Fundos	13.303	11.803	12,71
3.1. Fundos Previdenciais	13.303	11.803	12,71
4. Exigível Operacional	2.176	1.698	28,15
4.1. Gestão Previdencial	1.936	1.565	23,71
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	240	133	80,45

Sonia Maria Casini Fortes Silva
Diretora Superintendente
CPF nº 049.038.098-03

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CRC nº 1SP206004/O-6
CPF nº 146.736.948-99

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada (Entidade) é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída em conformidade com a Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de sociedade civil, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica autônoma de direito privado, distinta de suas patrocinadoras, sendo que seu funcionamento foi autorizado por meio de Portaria do Ministério da Previdência Social - MPS.

Para atender aos funcionários das patrocinadoras, a entidade tem como finalidade instituir planos privados de concessão de benefícios de pecúlio e/ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Os recursos necessários à consecução dos seus objetivos são obtidos por meio de contribuições mensais da patrocinadora Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

Em 22 de maio de 2017, a patrocinadora Syngenta Seeds Ltda foi incorporada pela patrocinadora Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

	Número de Participantes	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos	2.302	2.449
Assistidos	269	240
Autopatrocinaados	47	45
BPD (aguardando benefício)	360	291
Total	2.978	3.025

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 (e alterações) e as Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto pelas contribuições de autopatrocinados e dos participantes aguardando benefício proporcional diferido (BPD), os quais são registrados pelo regime de caixa.

(b) Realizável

Gestão previdencial - Refere-se a valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais, registrados ao valor do custo.

Gestão administrativa - Refere-se a valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(c) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

Nos termos da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - registrar os títulos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dos ajustes reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - registrar os títulos para os quais a Entidade mantém intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos devem ser classificados como baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos

títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido. Na data base de 31 de dezembro de 2018, a entidade não possui títulos registrados nessa categoria.

A Syngenta Previ classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria de Títulos para Negociação, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

(i) Fundos de investimentos, pelo valor da quota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

(d) Custódia de títulos

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na CETIP S.A – Mercados Organizados e os investimentos em ações estão custodiadas na BM&FBOVESPA – Câmara de Ações (antiga CBLC), em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

(e) Operações com participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, que estão demonstrados pelos saldos originais dos empréstimos, acrescidos dos encargos auferidos até a data do balanço.

(f) Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

(g) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A Syngenta Previ utiliza o patrimônio de cada patrocinadora como critério de rateio para alocação das despesas previdenciais comuns.

A Syngenta Previ possui o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, adequado a legislação vigente, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

(h) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras.

(i) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

4. ATIVO

4.1 Disponível

Representado por depósitos à vista na seguinte instituição financeira:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imediato		
Banco Itaú S.A.	128	492
Vinculado		
Numerário em trânsito	-	119
BNY Mellon	10	6
Total Disponível	<u>138</u>	<u>617</u>

4.2 Realizável

(a) Gestão Previdencial

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos		
Adiantamento de Benefício	18	-
Devedores Diversos		
Pessoa Jurídica	50	50
Pessoa Física	129	158
Tributos a compensar	104	104
	<u>301</u>	<u>312</u>
Total Gestão Previdencial	<u>301</u>	<u>312</u>

(b) Gestão Administrativa

Contas a Receber		
Contribuição para o custeio	1	-
Tributos a compensar	7	69
	<u>8</u>	<u>69</u>
Total Gestão Administrativa	<u>8</u>	<u>69</u>

(c) Investimentos

- I. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos da Entidade são registrados em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018. Os investimentos estavam compostos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018				
	1 ate 360	Acima de 360	Sem Prazo Determinado	Valor	
	Determinado	Dias		Contábil	Mercado
I - Fundos de investimentos exclusivos	268.869	570.508	304.441	1.143.817	1.143.817
Títulos para negociação					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	852		852	852
Debêntures	6,675	73,825		80,500	80,500
Depósitos a Prazo	4,129	5,104		9,233	9,233
Cotas de Fundos		25,425	304,441	329,865	329,865
Letra Financeira – LF	3,493	19,485		22,977	22,977
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16,144	174,401		190,545	190,545
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24,623	9,379		34,002	34,002
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	20,267	258,842		279,109	279,109
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	2,970		2,970	2,970
Valores a Pagar/Receber	- 1,080	-		1,080	- 1,080
Operações Compromissadas	193,636	-		193,636	193,636
Tesouraria	31	-		31	31
Derivativos	951	226		1,177	1,177
II - Fundos de investimentos abertos		-	48,954	48,954	48,954
Títulos para negociação		-	48,954	48,954	48,954
III - Empréstimos e Financiamentos	1,508	3,016		4,524	4,524
	1,508	3,016		4,524	4,524
Total fundos de investimento (I + II + III)	270,377	573,524	353,395	1,197,295	1,197,295.49

Descrição	2017				Valor	
	<u>1 ate 360</u>	<u>Acima de</u>	<u>Sem Prazo</u>	-	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
	<u>Determinado</u>	<u>360</u>	<u>Determinado</u>	-		
		<u>Dias</u>				
I - Fundos de investimentos exclusivos	<u>167.116</u>	<u>619.250</u>	<u>259.538</u>	-	<u>1.045.904</u>	<u>1.045.904</u>
Títulos para negociação						
Certificados de Depósito Bancário - CDB	12.790	-			12.790	12.790
Debêntures	2.829	51.620			54.449	54.449
Depósitos a Prazo	-	5.260			5.260	5.260
Cotas de Fundos	-	9.899	259.538		269.437	269.437
Letra Financeira – LF	10.306	10.177			20.483	20.483
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.590	295.166			309.757	309.757
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	8.565			8.565	8.565
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	23.974	235.528			259.502	259.502
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	2.675			2.675	2.675
Valores a Pagar/Receber	- 2.492	-			- 2.492	- 2.492
Operações Compromissadas	106.945	-			106.945	106.945
Tesouraria	51	-			51	51
Derivativos	- 1.879	359			- 1.520	- 1.520
					-	-
II - Fundos de investimentos abertos			37.430		37.430	37.430
Títulos para negociação			37.430		37.430	37.430
III - Empréstimos e Financiamentos	1.336	2.672			4.008	4.008
	1.336	2.672			4.008	4.008
Total fundos de investimento (I + II + III)	<u>168.452</u>	<u>621.922</u>	<u>296.968</u>		<u>1.087.342</u>	<u>1.087.342</u>

d) Empréstimos e Financiamentos

Em janeiro/2015, através de aprovação interna do Conselho Fiscal e Deliberativo, a Syngenta Previ passou a realizar concessões de empréstimos a seus participantes, de acordo com a política de empréstimos estabelecida e aprovada pelo referido conselho.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e Financiamentos	4.524	4.008
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>4.524</u>	<u>4.008</u>

Não há desenquadramento dos investimentos em relação à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018, bem como não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2018 e 2017.

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimentos nos quais a Entidade aplica seus recursos. Além disso, os fundos de investimentos estão registrados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

5. PASSIVO

5.1 Exigível operacional

■ Gestão previdencial

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Restituições	424	0
Outras exigibilidades – credores diversos (pessoa jurídica)*	1.512	1.529
Outras exigibilidades – credores diversos (pessoa física)	-	36
Total Gestão Previdencial	<u>1.936</u>	<u>1.565</u>

*Pessoa Jurídica - Este valor refere-se a diferença entre a SELIC e o retorno dos investimentos a ser repassado as ex-patrocinadoras que se retiraram do Plano de Benefícios e também aos participantes que solicitaram resgate de suas contribuições sendo: ICI Brasil S.A. R\$ 955 (2017 - R\$ 922), Sthal Brasil S.A. R\$ 189 (2017 - R\$ 172) e Huntsman ICI Brasil Ltda. R\$ 368 (2017 - R\$ 352).

■ Gestão administrativa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a Pagar		
Pessoa Jurídica	105	115
Retenções a Recolher	2	0
Tributos a Recolher	22	5
Outras exigibilidades – Pessoa Jurídica	154	133
Total Gestão Administrativa	<u>283</u>	<u>253</u>

5.2 Patrimônio Social

- Provisões matemáticas e métodos atuariais

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras. A taxa anual de juros permanece em 4,50% ao ano, após estudo de aderência de hipóteses financeiras (*valuation*). A tábua de mortalidade geral é a AT-2000 (Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%).

Na avaliação atuarial foi adotado o método de capitalização financeira.

- (a) Benefícios concedidos
Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou beneficiários pensionistas, em gozo do benefício.
- (b) Benefícios a conceder
As provisões matemáticas são classificadas em:

Contribuição definida - corresponde ao montante formado pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras e constituído em nome de cada participante.

Benefício definido – valor atual dos benefícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, as provisões matemáticas estão assim distribuídas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Benefícios concedidos	<u>273.614</u>	<u>204.320</u>
Contribuição definida	260.384	190.961
Benefício definido	13.230	13.359
Benefícios a conceder	<u>903.251</u>	<u>865.558</u>
Contribuição definida	902.431	864.745
Benefício definido	820	813
Total	<u>1.176.865</u>	<u>1.069.878</u>

A movimentação das provisões matemáticas, durante o exercício, pode ser resumida como segue:

	2018
Em 31 de dezembro de 2017	1,069,878
Constituições no exercício	<u>106,986</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>1,176,865</u></u>
	2017
Em 31 de dezembro de 2016	893.954
Constituições no exercício	<u>175.924</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>1.069.878</u></u>

• Equilíbrio técnico

Descrição	Total	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva de contingência	2.604	2.659
Reserva especial para revisão do plano	1.358	991
Saldo final	<u><u>3.962</u></u>	<u><u>3.650</u></u>

A movimentação do superávit, durante o exercício de 2018, pode ser resumida como segue:

Descrição	Total	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	3.650	2.659
Constituições no exercício	312	991
	<u><u>3.962</u></u>	<u><u>3.650</u></u>

A reserva de contingência, conforme disposto No artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução CGPC nº 22/2015, será constituída até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até [10% x duração do passivo do plano] x provisão matemática o que for menor, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

O montante do superávit técnico em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.962 (2017 - R\$ 3.650).

- Fundo previdencial

a) Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é formado pelos valores constantes da Conta da Patrocinadora que não foram utilizados para a concessão de benefícios ou institutos e poderão ser utilizados para reduzir as Contribuições futuras de Patrocinadora desde que previsto no plano de custeio anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo é de R\$ 10.927 (2017 - R\$ 9.494).

b) Fundo Revisão do Plano

O fundo previdencial é formado com o excedente de rentabilidade financeira relativas às contribuições destinadas à formação dos benefícios previdenciais. Em 31 de dezembro 2018, seu saldo é R\$ 2.376 (2017 - R\$ 2.309).

- Fundo administrativo

Este fundo é constituído pelas sobras das receitas sobre as despesas administrativas efetuadas pelas patrocinadoras para fins do custeio do plano e, atualizado pela valorização dos investimentos do respectivo programa, podendo ser utilizado para a cobertura de insuficiências ocorridas mensalmente, no programa administrativo, quando as despesas superarem as receitas. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é R\$ 1.393 (2017 - R\$ 1.191).

6. TRIBUTOS

- *Imposto de Renda*

Desde a Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, é facultado aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 que revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensa a partir de 1o. de janeiro de 2005, a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- **PIS e COFINS**

Calculados mensalmente pela alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

- **TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar**

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada

7. PARTES RELACIONADAS

As Partes Relacionadas da Syngenta Previ são consideradas: Os participantes, participantes vinculados (autopatrocinados e BPD's), e suas Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento da Syngenta Previ para os seus empregados e Dirigentes, e, seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamento de benefícios).

8. EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e representa os saldos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA", sempre que aplicável.

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação conforme quadro abaixo.

Ativo	Em Reais mil
Realizável	
Gestão Previdencial	
Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.393
Cobertura das Despesas administrativas	<u>240</u>
	1.633
Passivo	
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.393
Cobertura das Despesas administrativas	<u>240</u>
	1.633

9. LEGISLAÇÕES

- Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.
- Instrução MPS/PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018** - altera Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.
- Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.
- Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018** - altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

- **Instrução Previc nº 3, de 24 de agosto de 2018** - dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27/2017, e dá outras providências.
- **Resolução CMN nº4.661, de 25 de maio de 2018** - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- **Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - DOU de 21 de maio de 2018** - que revoga a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 – onde se estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das entidades fechadas de previdência complementar e a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011) divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis.;

Sonia Maria Casini Fortes Silva
Diretora Superintendente
CPF nº 049.038.098-03

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CRC nº 1SP 206004/O-6
CPF nº 146.736.948-99

Aqui você encontra os resultados da avaliação atuarial realizada anualmente no Plano de Benefícios Syngenta, administrado pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira do plano e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

Gestão Atuarial



Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta referente ao encerramento do exercício de 2018

Introdução

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios Syngenta da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 31/08/2018 e como data da avaliação 31/12/2018.

Qualidade da Base Cadastral

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada foi verificado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
60.744.463/0001-90	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 177, de 15/04/2016, publicada no D.O.U. de 18/04/2016.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

Participantes ativos¹

Participantes ativos	
Quantidade	
- ativos	2.245
- autopatrocinados	49
- benefício proporcional diferido	362
Idade média (em anos)	38,0
Tempo médio de serviço (em anos)	8,2
Tempo médio de contribuição (em anos)	7,6
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	22,1

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

Participantes assistidos²

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria Antecipada	82	66,9	8.802,53
Aposentadoria Normal	29	71,3	10.058,99
Aposentadoria por Invalidez	1	65,5	725,54
Pensionistas (grupos familiares)	34	73,40	6.605,30
Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo	155	67,42	4.669,47

² A estatística de participantes assistidos não considera 14 aposentados renda certa com valores de benefícios zerados. A estatística de Benefício Proporcional Diferido recebendo considera 15 BPD's Aguardando elegíveis, ou seja, com direito ao benefício definido, mas que não são encontrados para recebimento dos benefícios.

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval da patrocinadora do Plano de Benefícios Syngenta conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	4,50%	4,50%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	100,0%	100,0%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98,0%	97,0%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
▪ Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos	Cônjuge informado	Cônjuge informado
▪ Pensionistas	Composição informada	Composição informada

(1) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao cônjuge.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em outubro/2016 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, a Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018, e a Portaria Previc nº 363 de 26/04/2018, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2017, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2017 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com nível de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,61% a.a. para o Plano de Benefícios Syngenta. Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,19% a.a. e limite superior: 6,39% a.a.). Com um nível de confiança de 56% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,50% a.a..

Sendo assim, a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e a patrocinadora do Plano de Benefícios Syngenta optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 4,50% a.a. na avaliação atuarial de 2018.

Esse estudo deve ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em abril/2018 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 4,00% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%. Essa taxa de 4,00% a.a. foi mantida até o final de 2018.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese será revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais dos salários no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em outubro/2016 pela Willis Towers Watson.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Especial	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira

Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, vigente até 31/12/2018.

Patrimônio Social

Com base no balancete da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Social é de R\$ 1.195.522.483,97.

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria "Títulos para Negociação".

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	1.195.522.483,97
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.180.825.943,82
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	1.176.864.292,08
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	273.613.920,32
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	260.384.308,32
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	260.384.308,32
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	13.229.612,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	9.171.888,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.057.724,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	903.250.371,76
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	902.430.468,76
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	533.467.707,68
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	368.962.761,08
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	819.903,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	819.903,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	3.961.651,74
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	3.961.651,74
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	3.961.651,74
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	2.603.375,13
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano - 2º Ano	1.358.276,61
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	14.696.540,15
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	13.303.428,03
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	10.927.045,60
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	2.376.382,43
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2011	2.342.120,31
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2014	499,57

Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2016	33.762,55
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	1.393.112,12
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	1.393.112,12
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	0,00

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 102,36 meses calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, vigente até 31/12/2018, e na Portaria nº 86 de 01/02/2019.

Reserva de Contingência

De acordo com o Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Limite Máximo	Limite pela fórmula	Menor limite	Limite da Reserva de Contingência
25%	$10\% + (1\% \times 8,53)$	18,53%	2.603.375,13

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Reserva Especial para Revisão de Plano

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Ano consecutivo de constituição	Reserva Especial	Valor destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão
31/12/2018	2º	1.358.276,61	-	-
31/12/2017	1º	991.353,00	-	-

A reserva especial de 31/12/2018 no valor de R\$ 1.358.276,61 está no seu 2º ano consecutivo de constituição. Sendo assim, a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada optou por não realizar destinação voluntária dessa reserva nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, no exercício de 2019.

Ajuste de Precificação

O Plano de Benefícios Syngenta apresenta reserva especial, no entanto não há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, não é aplicável.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

O valor constante da conta de patrocinadora que não for utilizado no cálculo dos benefícios e dos institutos previstos no regulamento compõe o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras de Contribuições). A Syngenta Previ formará ainda outros fundos em conformidade com a legislação vigente. Os referidos fundos serão contabilizados no programa previdencial e utilizados conforme previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em parecer do Atuário.

Foram constituídos, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora e de Participante e Assistido para destinação e utilização, facultativa em 2009 e 2010 e obrigatória em 2011, da Reserva Especial. Os valores dos fundos previdenciais de 2009/2010/2011 foram consolidados contabilmente.

Os Fundos Previdencial Revisão de Plano de Patrocinadora 2011, 2014 e 2016 foram utilizados na sua totalidade para cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido constituídos em 2011, 2014 e 2016 foram segregados entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais. O Fundo Previdencial de Revisão de Plano de Participante e Assistido vem sendo utilizado para redução integral das contribuições dos participantes contribuintes. Para o assistido foi efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes têm a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

Os fundos são utilizados para redução integral das contribuições para o Plano de Benefícios Syngenta, na medida em que se esgotam as cotas dos Fundos dos anos, iniciando em 2011, os fundos dos anos subsequentes começam a ser utilizados, atribuído a cada participante.

Variação das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 atualizado, pelo método de recorrência e constante do balancete do plano, para 31/12/2018.

	Valores em R\$ de 31/12/2018		Variação em %
	Reavaliado	Balancete	
Passivo Atuarial	1.176.864.292,08	1.176.757.936,05	0,01%
<i>Benefícios Concedidos</i>	273.613.920,32	273.515.029,44	0,04%
Contribuição Definida	260.384.308,32	260.384.308,32	0,00%
Benefício Definido	13.229.612,00	13.130.721,12	0,75%
<i>Benefícios a Conceder</i>	903.250.371,76	903.242.906,61	0,00%
Contribuição Definida	902.430.468,76	902.430.468,76	0,00%
Benefício Definido	819.903,00	812.437,85	0,92%
Valor Presente dos Benefícios Futuros	819.903,00	812.437,85	0,92%
Valor Presente das Contribuições Futuras	-	-	0,00%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 1.176.864.292,08 com a constante o balancete de 31/12/2018, a variação encontrada é de 0,01%.

Convém ressaltar que 1,19% (R\$ 14.049.515,00) do Passivo Atuarial de R\$ 1.176.864.292,08 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa ao benefício diferido por desligamento. Os 98,81% restantes (R\$ 1.162.814.777,08) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juro e tábua de mortalidade geral.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Variação do resultado

O superávit aumentou de R\$ 3.650.138,01 em 31/12/2017 para R\$ 3.961.651,74 em 31/12/2018.

Natureza do resultado

O acréscimo do superávit encontrado no exercício de 2018, ocorreu devido ao patrimônio de parcela de benefício definido do plano estar superior ao esperado.

Soluções para equacionamento do déficit

Não há déficit a ser equacionado.

Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº109/2001 a patrocinadora deverá, a partir de 01/01/2019, efetuar as contribuições normais definidas para a Plano estimadas em 11,28%, considerando o percentual máximo de contribuição dos participantes, da folha de salários de participação.

As despesas administrativas orçadas em 0,69% da folha de salários de participação poderão ser custeadas pelo Fundo Administrativo. O Fundo Administrativo também poderá ser utilizado para despesas com projetos, desde que previsto no Plano de Gestão Administrativa.

Adicionalmente será realizada uma contribuição para despesa administrativa no ano de 2019 no valor de R\$ 540.909 utilizando-se o retorno dos investimentos do plano, correspondente a 0,17% da folha de salários de participação.

O Fundo Previdencial Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo do Sobras de Contribuições) poderá ser utilizado para custear as contribuições normais de patrocinadora durante o exercício de 2019. Esgotando o fundo a patrocinadora efetuará contribuições previstas nesse parecer.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes foram estimadas em 31/12/2018 em 5,64% da folha de salários, considerando o percentual máximo de contribuição, sobre a folha de salários de participação e serão efetuadas pela reversão mensais dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada participante na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante e Assistidos será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Autopatrocínados

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2018 em 6,20% da folha de salários e serão efetuadas pela reversão mensais dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada autopatrocinado na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Os participantes que optarem pelo instituto do autopatrocínio pagarão, para cobertura das despesas administrativas do plano, os mesmos percentuais indicados para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optarem pelo instituto do benefício proporcional diferido assumem, para cobertura das despesas administrativas do plano, o mesmo percentual indicado para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Syngenta da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano está solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para o Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

Bianca Moreira
MIBA nº 2.382

Marta Arruda Pires
MIBA nº 676

As demonstrações contábeis da Syngenta Previ, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e a respectiva avaliação atuarial elaborada pela Willis Towers Watson, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram devidamente aprovadas sem restrições pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho Fiscal, em reuniões realizadas em 20 de março de 2019, e pelo Conselho Deliberativo, reunido em 21 de março de 2019.

Pareceres da Administração



SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 21/03/2019

No dia 21 (vinte e um) de março de 2019, às 8 horas, na sede social na Av. das Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Valdemar Luis Fischer, que convidou a mim, Sônia Maria Casini Fortes Silva, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com o disposto no inciso VIII do art. 40 do Estatuto da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2018, as quais foram elaboradas conforme determina as disposições constantes na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou os seguintes documentos, referentes ao exercício de 2018, para análise e manifestação: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta, do exercício de 2018; e **j)** Parecer do Conselho Fiscal da Syngenta Previ. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g” encontram-se assinados e rubricados pela dirigente máxima da Syngenta Previ, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, n  do CPF e n  do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal da Syngenta Previ, que emitiu parecer favorável. Esclareceu que, em

atendimento às disposições constantes do artigo 17 da Resolução CNPC nº 29/2018, a Diretoria Executiva da Syngenta Previ será responsável por encaminhar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc os documentos acima citados, juntamente com a manifestação deste Conselho sobre as Demonstrações Contábeis, até o dia 31/3/2019. Considerando que 31/3/2019 é um domingo, a Diretoria Executiva deverá encaminhar os referidos documentos até 29/3/2019.

DELIBERAÇÃO: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2018, que refletem as operações financeiras e contábeis da Syngenta Previ no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Valdemar Luis Fischer
Presidente e Conselheiro repres.
patrocinadoras

Cynthia Galetti Bossi
Vice-Presidente e Conselheira repres.
patrocinadoras

Roberto Bronzere
Conselheiro repres. patrocinadoras

Filipe Davila Mello B.Guimaraes
Conselheiro repres. patrocinadoras

Amauri Peloia
Conselheiro efetivo repres. participantes

Laercio Valentim Giampani
Conselheiro efetivo repres. participantes

Sônia Maria Casini Fortes Silva
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal da Syngenta Previ reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2018, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva da Syngenta Previ por meio dos seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos auditores independente emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes e
- i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta do exercício de 2018.

Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da Syngenta Previ, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2018, eis que refletem as atividades da Syngenta Previ no referido exercício.

São Paulo, 20 de març o de 2019.

Mario Henrique Silva Ferreira
Presidente do CF

Hugo Steinberg
Conselheiro efetivo repres.
patrocinadoras

Pedro Paulo Nogueira Eisenmann
Conselheiro efetivo repres. participantes

SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 20/3/2019

No dia 20 (vinte) de março de 2019, às 16 horas, na sede social na Av. Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Mario Henrique Silva Ferreira, Presidente, que convidou a mim, Hugo Steinberg, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Apreciar, para posterior emissão de Parecer, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com o disposto nos incisos I e II do art. 59 do Estatuto da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Em seguida, o Sr. Presidente informou, ainda, que as disposições constantes na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar foram observadas para a elaboração dos seguintes documentos referentes ao exercício de 2018 ora apresentados: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela; e **i)** Parecer Atuarial emitido pela Syngenta Previ contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta, do exercício de 2018. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g” encontram-se assinados e rubricados pela dirigente máxima da Syngenta Previ e pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC –

Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. O Sr. Presidente informou que o Parecer emitido por este Conselho será encaminhado ao Conselho Deliberativo, juntamente com os documentos citados nas letras “a” até “i” para sua manifestação.

DELIBERAÇÃO: Após a análise dos documentos supracitados e verificado que as contas apresentadas pela Diretoria Executiva estão em conformidade com o disposto na Resolução CNPC nº 29/2018, foi aprovada, por unanimidade, a emissão de um Parecer favorável às Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2018, as quais refletem as suas atividades durante o referido exercício.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Mario Henrique Silva Ferreira
Presidente do CF

Hugo Steinberg
Conselheiro efetivo repres.
patrocinadoras/Secretário

Pedro Paulo Nogueira Eisenmann
Conselheiro efetivo repres. participantes

SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DE 20/3/2019

No dia 20 (vinte) de março de 2019, às 14 horas, na sede social na Av. Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos a Diretora-Superintendente, Sra. Sônia Maria Casini Fortes Silva, que convidou a mim, Lia Naomi Kuniyoshi Osako, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com o disposto no inciso V do art. 48 do Estatuto da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. A Sra. Diretora-Superintendente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Em seguida, a Sra. Diretora-Superintendente informou, ainda, que para a elaboração das Demonstrações Contábeis foram observadas as disposições constantes na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, sendo apresentados os seguintes documentos referentes ao exercício de 2018: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Syngenta comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes; e **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers

Watson contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta, do exercício de 2018. Dando prosseguimento à reunião, a Sra. Diretora-Superintendente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g” encontram-se por ela assinados e rubricados, eis que exerce o cargo de dirigente máxima da Syngenta Previ, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. A Sra. Diretora-Superintendente informou que os documentos acima citados serão enviados para análise do Conselho Fiscal da Syngenta Previ, que emitirá Parecer, e, posteriormente, as enviará ao Conselho Deliberativo, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. Ao final, a Sra. Diretora-Superintendente ressaltou que, em atendimento às disposições constantes do artigo 17 da Resolução CNPC nº 29/2018, esta Diretoria Executiva será responsável pelo envio das Demonstrações Contábeis em conjunto com os demais documentos exigidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc até o dia 31/3/2019. Considerando que 31/3/2019 é um domingo, esta Diretoria Executiva deverá encaminhar os referidos documentos até 29/3/2019.

DELIBERAÇÃO: Após análise e ampla discussão pelos membros presentes, foi aprovado, por unanimidade, o encaminhamento das Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ, relativas ao exercício findo em 31/12/2018, juntamente com o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes e o Parecer Atuarial, ao Conselho Fiscal para deliberação e emissão de Parecer, e posterior envio ao Conselho Deliberativo para manifestação e aprovação.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Sônia Maria Casini Fortes Silva
Diretora-Superintendente

Lia Naomi Kuniyoshi Osako
Diretora/Secretária

Leandro Colombo Serau
Diretor

Glossário



Glossário

Entenda o significado dos principais termos utilizados nesta edição, em ordem alfabética.

ABONO ANUAL

A 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício pago em forma de renda mensal a assistido do plano de benefícios.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável pela validação dos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizadas na avaliação atuarial, assim como pela gestão do fundo administrativo da entidade.

ASSISTIDO

Participante de plano de benefícios, ou seu beneficiário, em gozo de benefício de prestação continuada.

AUTOPATROCÍNIO

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, continuar participando do plano, mantendo sua contribuição anterior e assumindo a contribuição da patrocinadora. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

BALANÇO PATRIMONIAL

É o documento que apresenta a posição do patrimônio da entidade em 31 de dezembro, sempre comparando -o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da entida-

de (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

BENCHMARK

Medida de referência para rentabilidade e risco de investimentos, estabelecida como padrão de comparação para análise de desempenho na gestão dos recursos do plano.

BENEFICIÁRIO

Dependente do participante, ou pessoa por ele designada, inscrito no plano de benefícios nos termos do regulamento, para fins de recebimento de benefícios por ele oferecidos.

BENEFÍCIO

Toda e qualquer prestação assegurada pelo plano de benefícios aos seus participantes e respectivos beneficiários, na forma e condições estabelecidas no regulamento.

BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação de seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, interromper suas contribuições ao plano até iniciar o recebimento do benefício. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário. É uma espécie de Certificado de Depósito Bancário (títulos que os bancos lançam para captar dinheiro no mercado). A sua função é transferir dinheiro de um banco para outro. É a mais conhecida referência para investimentos de renda fixa.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da estrutura organizacional da entidade fechada de previdência complementar, responsável pela

definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

CONSELHO FISCAL

É um órgão de governança que informa, opina, sugere e relata, sem, no entanto, exercer a administração ativa do fundo de pensão. Também tem papel controlador, fiscalizador e relator. O Conselho Fiscal opina sobre a administração da entidade e seus aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais.

CONTRIBUIÇÃO

Aporte em dinheiro para custear o plano de benefícios. Pode ser feita pelo participante ou pela empresa patrocinadora.

COTA

Parcelas de idêntico valor em que se divide o patrimônio da entidade, que variam ao longo do tempo em função da rentabilidade líquida dos investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil elaborado para evidenciar em determinado período (normalmente a data do Balanço Patrimonial), de forma consolidada e também por Plano de Benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A finalidade deste documento é demonstrar as modificações ocorridas durante o exercício em todas as contas que compõem o patrimônio líquido. Faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no patrimônio líquido durante o exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Documento que mostra os valores das obrigações presentes e futuras do Plano de Benefícios.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve

ser elaborado e apresentado por Plano de Benefícios, e sua data-base deve acompanhar a data em que está posicionado o Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

É o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada; Demonstração do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração da mutação do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DEPENDENTE

Pessoa ligada ao participante e que poderá ter direito a benefícios previstos no plano, de acordo com as normas estabelecidas em regulamento e estatuto próprio.

DIRETORIA-EXECUTIVA

Órgão que compõe a estrutura mínima obrigatória de uma EFPC e é responsável pela sua administração, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

ELEGÍVEL

Condição do participante ou beneficiário de plano de benefícios que cumpriu os requisitos necessários à obtenção de benefício oferecido pelo plano nos termos do respectivo regulamento.

ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EAPC)

Empresa constituída sob a forma de sociedade anônima que tem por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC)

Sociedade civil ou fundação que tem por objeto instituir planos privados de concessão de benefícios. Diferencia-se da entidade aberta de previdência complementar (EAPC) por não ter fins lucrativos e destinar-se somente a pessoas vinculadas a suas patrocinadoras ou instituidoras. Popularmente conhecida como fundo de pensão.

ESTATUTO DA ENTIDADE

Conjunto de normas e regras que fixam os princípios institucionais do fundo de pensão. Nele constam as diretrizes que devem ser seguidas com relação a aspectos jurídicos, administrativos, financeiros etc.

FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela entidade fechada de previdência complementar na administração dos seus planos de benefícios, na forma do regulamento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sistema implantado no âmbito da EFPC, que consiste na adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos capazes de possibilitar o pleno cumprimento de seus objetivos.

IBOVESPA E IBrX

Índices que acompanham a evolução média das cotações de ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3). São as referências mais conhecidas para investimentos de renda variável.

INFLAÇÃO

Variação de preços de produtos e serviços expressa em percentual para determinado período de tempo (por exemplo, "a inflação foi de 0,75% em março"). É a referência para calcular o rendimento real dos investimentos e para o participante conferir o poder de compra de seu dinheiro. A inflação oficial do Brasil é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Autoridade federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que administra o Regime Geral da Previdência Social, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria,

pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei.

META ATUARIAL

Parâmetro mínimo desejado para o retorno de investimentos, geralmente fixado como sendo a taxa real de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o índice do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS

Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil e outros fatos financeiros considerados relevantes.

PARECER ATUARIAL

É o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARTICIPANTE

Pessoa física que adere ao plano de benefícios administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

PATRIMÔNIO DO PLANO

É o conjunto dos bens destinados à cobertura dos benefícios prometidos, normalmente na forma de cotas de fundos de investimento, ações, debêntures, imóveis, títulos do governo e outros.

PATROCINADORA

Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servi-

dores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de EFPC.

PECÚLIO

Montante a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorrer morte do participante, na forma estipulada no estatuto ou regulamento da entidade.

PENSÃO

Benefício conferido ao beneficiário na eventualidade de falecimento do participante, observadas as condições do regulamento do plano de benefícios.

PENSIONISTA

Beneficiário em gozo de pensão pelo plano de benefícios.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Plano cujo participante conhece, no momento da adesão, o valor do benefício prefixado ou estabelecido em fórmula de cálculo conforme o regulamento. O benefício independe de saldo acumulado individual, e as contribuições são desconhecidas previamente pelo participante, podendo variar até a data da aposentadoria. Poucos planos pertencem a esta categoria atualmente.

PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais ou assistenciais aos seus participantes e beneficiários, mediante a formação de poupança advinda das contribuições de patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

É um plano cuja característica principal é o conhecimento prévio da contribuição que será efetuada pelo participante e pela patrocinadora até a data da aposentadoria. O benefício será determinado de acordo com o saldo dessas contribuições, acrescido da rentabilidade dos investimentos. A maioria dos planos pertence a esta categoria atualmente.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do plano de benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos recursos garantidores do plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

PORTABILIDADE

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano operado por entidade de previdência complementar.

PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda com as funções de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

REGIME TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO

Forma de tributação de benefícios ou resgates de plano de benefícios conforme a tabela progressiva do imposto de renda na fonte. É a mesma tabela aplicável aos rendimentos do trabalho assalariado.

REGIME TRIBUTÁRIO REGRESSIVO

Regime de tributação criado para o sistema de previdência complementar, facultado aos participantes de plano de benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, mediante opção expressa, pelo qual o recebimento é tributado com base em alíquotas regressivas conforme o tempo de acumulação dos recursos.

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de dispositivos jurídicos que definem as condições, direitos e obrigações do participante, do patrocinador ou instituidor do plano de benefícios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

É o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O relatório do auditor indepen-

dente é elaborado e assinado por um contador. Deve expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RENDA FIXA

Rendimento discriminado anteriormente e geralmente expresso no corpo do título. CDB , LTN , cadernetas de poupança e títulos de crédito possuem renda fixa, que pode ser inteiramente prefixada ou vinculada à correção monetária.

RENDA MENSAL

Benefício do plano em forma de recebimentos continuados, de valor que considera o saldo acumulado e a rentabilidade dos investimentos, no caso de plano de contribuição definida.

RENDA VARIÁVEL

Aplicação na qual o retorno não tem uma relação rígida com algum indicador de mercado. Depende, portanto, da evolução da cotação do ativo nos mercados organizados, como a bolsa de valores.

RENDIMENTO LÍQUIDO

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto do imposto de renda.

RENDIMENTO REAL

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto da inflação.

RENTABILIDADE

Taxa de retorno de um investimento calculada pela razão entre o valor do acréscimo obtido e o valor inicial do investimento. Via de regra, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e liquidez.

RESGATE

Instituto que faculta ao participante, após a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, ou associativo com o instituidor, e antes de ser elegível a benefícios, desligar-se do plano e optar por receber de volta o valor atualizado de suas contribuições pessoais ao plano. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o desconto das parcelas de custeio administrativo e dos benefícios de risco.

RISCO DOS INVESTIMENTOS

Possibilidade de ocorrência de perda em virtude de desvio na meta estabelecida, provocado por acontecimento aleatório.





Sociedade de Previdência Privada
30 anos com você

EXPEDIENTE

Relatório Anual de Informações de 2018 é uma publicação da **Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada**, dirigida aos participantes do Plano de Benefícios da Entidade. Para mais esclarecimentos, entre em contato com a Syngenta Previ por meio dos telefones + 55 (11) 5643-2146/2235 ou envie um e-mail para syngenta.previ@syngenta.com CNPJ: 58.494.329/0001-36

Av. das Nações Unidas 18.001, 3º andar
Santo Amaro - São Paulo - SP - 04795-900

Coordenação geral dos trabalhos, projeto gráfico e editorial:



Jusivaldo Almeida dos Santos
JSANTOS Consultores Associados Ltda.
www.jsantosconsultores.com.br

*Syngenta
Previ*

Sociedade de Previdência Privada
30 anos com você

Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada

CNPJ: 58.494.329/0001-36

Av. das Nações Unidas 18.001, 3º andar
Santo Amaro - São Paulo - SP - 04795-900

Tel.: + 55 (11) 5643-2146/2235

E-mail: syngenta.previ@syngenta.com

www.syngentaprevi.com.br